



Recebido:	02/03/2022
Publicado:	12/12/2022

OS POSICIONAMENTOS DA PSICOLOGIA NO QUE SE REFERE A MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nathália Tarnhovi da Silvaⁱ  0000-0002-3904-4292
Centro Universitário UniFatecie
Kezia Sumico Nakagawaⁱⁱ  0000-0001-5668-362X
Centro Universitário UniFatecie

RESUMO: Este artigo analisa o posicionamento da psicologia diante da medicalização no âmbito escolar, no contexto histórico e cultural da sociedade contemporânea. A análise consiste em revisões bibliográficas de autores da Teoria da Psicologia Histórico-Cultural. Teoria esta que foi formulada por L. S. Vigotsky e A. R. Luria, psicólogos soviéticos, que consideram que para compreender o sujeito, deve-se considerar além das causas biológicas, considerar também todo o seu contexto social e histórico. Além disso, acredita-se que existe a relação entre o homem e o ambiente, na qual o homem modifica o ambiente e este modifica o homem, portanto, para que o sujeito possa existir enquanto homem, ele deve pertencer a um grupo social decorrente

das interações humanas. Dessa forma, a queixa escolar envolvendo a medicalização no ambiente escolar, decorrente de diagnósticos que tentam justificar o fracasso escolar, sofrem forte influência da indústria farmacêutica, fenômeno este que vem acometendo a sociedade contemporânea e conseqüentemente as escolas, de forma geral, e precisam ser consideradas devidamente. Esta pesquisa traz o posicionamento da psicologia escolar mediante a temática da medicalização nesse âmbito e como a psicologia enquanto ciência, seguindo os conceitos da Teoria da Psicologia Histórico-Cultural, pode colaborar para que esse fenômeno seja reduzido nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização. Psicologia histórico-cultural. Psicologia escolar.

THE POSITIONS OF PSYCHOLOGY REGARDING SCHOOL MEDICALIZATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: This article analyzes the position of psychology before medicalization in the school environment, in the historical and cultural context of contemporary society. The analysis consists of bibliographic reviews of authors of the Theory of Cultural-Historical Psychology. This theory was formulated by L. S. Vygotsky and A. R. Luria, Soviet psychologists, who consider that in order to understand the subject, one must consider not only the biological causes, but also the whole social and historical context in which this subject is inserted. Moreover, it is believed that there is a relationship between man and the environment, in which man modifies the environment and the environment modifies man; therefore, for the subject to exist as a man, he must belong to a social group resulting from

human interactions. Thus, the school complaint involving medicalization in the school environment, resulting from diagnoses that try to justify school failure, are strongly influenced by the pharmaceutical industry, a phenomenon that has been affecting contemporary society and, consequently, schools in general, and needs to be duly considered. This research brings the positioning of school/educational psychology through the issue of medicalization in this context and how psychology as a science, following the concepts of the Theory of Cultural-Historical Psychology, can help to reduce this phenomenon in schools, involving the development and the process of teaching and learning of students.

KEYWORDS: Medicalization. Historical-cultural psychology. School psychology.

1. Introdução

A partir da perspectiva da Teoria da Psicologia Histórico-Cultural que foi desenvolvida em conjunto por L. S. Vigotski, psicólogo soviético e A. R. Luria, médico e psicólogo, em que propuseram o raciocínio de considerar além dos aspectos biológicos do sujeito, analisar também o contexto social e histórico. Dessa forma, o presente artigo analisa como o contexto histórico em que o sujeito está inserido, influencia em sua vida, e em especial, influenciando nas fases escolares. A Psicologia Histórico-Cultural parte do conceito relacionado a atividade humana, sendo esta atividade considerada como o trabalho social, que é marcado como o primeiro fator denominador de mudanças do comportamento. A atividade do trabalho proporcionou o convívio social entre os humanos, possibilitando a sobrevivência e a socialização em grupos. Segundo Vigotski (1930/2004) o homem só existe enquanto indivíduo, se inserido em um grupo social, ou seja, sentir pertencente a um grupo. Para a teoria, existe a relação, homem ambiente, em que é construída uma relação dialética entre o homem e o ambiente ao seu redor, dessa forma, o homem modifica o ambiente em que está inserido e também é modificado por ele. Essa transformação ocorre do interpsicológico para o intrapsicológico, ou seja, tratando de funções psicológicas superiores, primeiro encontra-se o nível social, onde o sujeito interage com os demais, para posteriormente, ocorrer a transformação intrapsicológica, ou seja, para o interior do sujeito.

A partir disso, entende-se que as interações sociais constituem o sujeito, uma vez que o ambiente em que o mesmo está inserido o modifica, portanto, o ambiente deve ser favorecedor para que o sujeito pertença a um grupo social e desenvolva suas atividades. Por conseguinte, voltando o olhar para o contexto escolar, há algum tempo nas escolas, o índice de indisciplina e desatenção está em uma linha crescente, e muitas vezes, em consequência deste motivo, o indivíduo (aluno) não se sinta pertencente ao grupo em que o mesmo está inserido, ora por ser considerado diferente do grupo, ora por ser rotulado por um diagnóstico.

A partir deste entendimento sobre a sociedade e o homem, busca-se compreender o fenômeno da medicalização nas escolas, a partir de uma revisão bibliográfica de autores, sob a luz da Psicologia Histórico Cultural. A medicalização escolar ganha força, muitas vezes, desconsiderando a complexidade dos fatores que acarretam as causas das dificuldades de aprendizagem, para o uso da medicação neste contexto.

Em paralelo à Teoria da Psicologia Histórico-Cultural que se baseia no materialismo histórico dialético, consiste que toda natureza e todos os seres vivos, estão em contínuo movimento, evolução e transformação. Portanto, no que se refere a dificuldade de

aprendizagem, deve-se analisar e verificar todo o contexto histórico em que aquele indivíduo está inserido e de que forma o ambiente está modificando os seus comportamentos (LEITE; TULESKI, 2011, p. 113).

A Teoria Histórico-Cultural apresenta o conceito de funções mentais elementares, são funções como atenção, percepção, entre outros. As funções elementares não são exclusivas do homem, ou seja, os animais também as possuem. Entretanto, as funções psicológicas superiores, são exclusivas do homem, onde o sujeito possui atenção voluntária, imaginação, pensamentos abstratos, entre outros. A partir das relações humanas, exclusivas do homem, no que se refere as relações decorrentes dos processos educativos apresentados atualmente, é importante analisar como estão sendo produzidos os sujeitos sem foco atencional e sem controle. Dessa forma, pontuando a diferenciação dos comportamentos que são considerados saudáveis e patológicos (LEITE; TULESKI, 2011, p. 114).

No entanto, a medicalização resume-se em uma fragmentação do processo de patologização de problemas educacionais, com forte influência da indústria farmacêutica que surge como uma forma para a continuação e manutenção da exclusão de uma grande escala de alunos que enfrentam a pobreza e dificuldades. Assim, a partir dessa perspectiva, são levantados os posicionamentos da psicologia no âmbito escolar, referentes aos impactos da medicalização escolar no desenvolvimento dos alunos.

2. Desenvolvimento

O fenômeno da medicalização no âmbito escolar originou-se de uma discussão, onde já se incidia o discurso, incluindo as causas biológicas em problemas coletivos no contexto educacional. Ao deslocar causas e soluções para contextos biológicos e médicos, isentam-se as instituições governamentais de suas responsabilidades, dessa forma, criam-se mais obstáculos ao que se remete à transformação das práticas educacionais e à superação do fracasso escolar.

O fracasso escolar cabe como uma expressão muito utilizada para expressar as falhas educacionais cometidas no desempenho irregular de atividades escolares. Deve-se ressaltar que, o fracasso escolar não tem que ser visto de maneira individual, como apenas um problema de aprendizagem educacional, assim, é necessário que o foco seja voltado para a

instituição escolar, para as políticas educacionais, historicamente geradoras da não aprendizagem dos alunos, pela falta de acesso aos processos educacionais, ou seja, se faz indispensável recolocar a expressão como fracasso da escola (PATTO, 1993).

Sob a ótica do fracasso escolar e conseqüentemente o uso da medicação no âmbito educacional, intitula-se medicalização, fenômeno que ocorre quando são depositadas causas biológicas a, situações que são de ordem social. O discurso da vinculação entre problemas neurológicos e o não aprender dos alunos, o não se comportar corretamente, segundo os padrões esperados pela instituição educacional e/ou sociedade, apresenta-se com ampla frequência nas escolas, conseqüentemente, também, nos serviços públicos e particulares de saúde, visto que, são encaminhados uma parcela excessiva de alunos que apresentaram alguma queixa escolar (MEIRA, 2012).

De tal modo, medicaliza-se a educação, transformando problemas pedagógicos e políticos, em problemas médicos. Em conjunto ao fenômeno da medicalização, o discurso médico expressa existência de crianças incapazes de aprender, a menos que submetidas a intervenções médicas (MOYSÉS, 2001). Crianças essas que, são intituladas e rotuladas por um diagnóstico, resultante de uma intervenção médica, ocasionando a medicalização no contexto escolar.

No que se refere aos diagnósticos, na década de 1990, o TDAH (Transtorno por Déficit de Atenção e Hiperatividade) tornou-se um dos principais motivos de encaminhamento para tratamentos médicos e psicológicos (MEIRA, 2012). Grevet *et al.* (2007), expõem que uma grande parcela de pacientes diagnosticados com TDAH podem também ter o TOD (Transtorno Desafiante de Oposição). Com isso, os encaminhamentos, e posteriormente, os diagnósticos podem ser resultantes de queixas escolares, muitas vezes, onde são apresentados comportamentos de alunos que são identificados como o contrário que é considerado como normal pela instituição escolar.

A visão que as instituições exibem das queixas escolares e dos alunos considerados ‘problemas’ são referentes ao processo de individualização daquele sujeito, dessa forma, lidando com a queixa como se ela fosse somente culpa do aluno, excluindo a queixa e/ou problema de ordem institucional e social. Interligado com os diagnósticos dos alunos, encontra-se, também, o interesse da indústria farmacêutica uma vez que, um dos principais interesses dessa indústria é o lucro a partir do sofrimento psíquico (LIMA; CAPONI, 2011).

Decotelli *et al.* (2013) expõem que a indústria farmacêutica corrobora para o trabalho da psiquiatria no que se refere o diagnóstico de doenças psíquicas, desta forma apoiando a utilização de medicamentos para tratar problemas mentais indicativos a supostos problemas

de aprendizagem. Problemas de aprendizagem esses, que como supracitado, são causados por questões que não necessitam do uso de medicamentos em seu tratamento, por não se tratar de um transtorno, apenas de uma dificuldade em determinadas demandas escolares. Para avaliar de fato a dificuldade de aprendizagem apresentada pelo aluno, deve-se levar em conta o seu contexto histórico e cultural, o seu âmbito familiar, como são as questões sociais deste sujeito, entre outros aspectos.

O problema de aprendizagem é muito mais amplo do que somente diagnosticar, rotular e medicalizar o aluno. Camargo Jr. (2013) desenvolveu um trabalho que visa uma crítica a perspectiva da farmacologia que no que lhe concerne utiliza-se da expressão que para cada mal existe um medicamento que pode curá-lo, dessa forma, cooperando com o fenômeno da medicalização.

Na sociedade contemporânea, a indústria farmacêutica é a segunda que mais fatura em perspectiva mundial. Segundo Meira (2012), está sendo produzido uma geração de crianças, jovens e adultos medicalizados para atender os interesses da indústria farmacêutica. No entanto, permanece uma forte presença de projetos de lei que visam inserir no campo da educação ou para toda a rede pública, a criação de serviços, convênios, programas de diagnósticos e tratamento de supostos transtornos, com destaque para a dislexia, que é um distúrbio de aprendizagem caracterizado pela dificuldade de leitura, em que a criança apresenta sintomas como a fala tardia, aprendizagem lenta de novas palavras e atraso na aprendizagem da leitura; e para o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

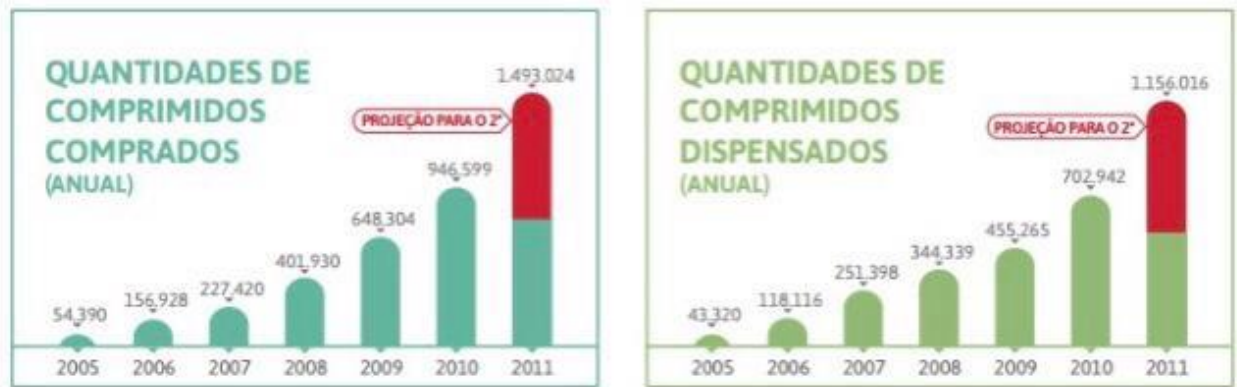
Assim, as políticas públicas de educação, ao invés de reforçarem formas de investir na melhoria da qualidade da escola, estariam criando interesses voltados para a criação de diagnósticos de alunos (CFP, 2012). No que se refere ao uso excessivo de medicamentos, especificamente sobre o metilfenidato, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2012), essa droga, controlada, tarja preta, popularmente conhecida como Ritalina, pode causar efeitos graves nas crianças e adolescentes, os efeitos adversos constam na própria bula do fármaco.

Apesar da clara e assumida complexidade do diagnóstico, da imprecisão na própria definição do transtorno, do desconhecimento sobre todos os fatores envolvidos na ação do medicamento sobre o sistema nervoso central e das advertências feitas pelo próprio fabricante sobre reações adversas e riscos de dependência, o consumo do medicamento aumenta em velocidade crescente (MEIRA, 2012).

O Brasil é o segundo país que mais consome o metilfenidato, situação essa que preocupa. Sob essa perspectiva do alto consumo de metilfenidato no território brasileiro, o

Conselho Federal de Psicologia mostra em um gráfico referindo-se à quantidade de comprimidos comprados e dispensados no período de 2005 ao primeiro semestre de 2011.

Gráfico 1: Quantidade de comprimidos comprados e dispensados desde 2005 até o primeiro semestre de 2011.



Fonte: Conselho Federal de Psicologia (2012).

O gráfico mostra a tendência crescente na compra e dispensação do medicamento cloridrato de metilfenidato pelos órgãos públicos entre 2005 a 2011. Esses dados são vistos com preocupação pelos profissionais e pesquisadores da área da saúde e educação uma vez que cresce cada vez mais a administração de medicamentos controlados e que possuem fortes efeitos colaterais para crianças e adolescentes que apresentam alguma dificuldade no processo de ensino aprendizagem.

A medicalização é de fato interligada com a proliferação da produção de diagnósticos. Essa proliferação é consolidada através dos Manuais de Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM'S). Esses manuais posicionam-se como um dicionário de rótulos para a descrição de um quadro clínico, dessa forma, os transtornos mentais passaram a ser analisados e classificados independente das particularidades do sujeito, sem dar importância ao seu contexto histórico e social, o foco ultrapassa o sujeito singular para o conjunto de sintomas relativo aos transtornos (GOMES, CASTRO, 2017). Diante destes dados é considerável que, existem profissionais da saúde e da educação que, corroboram com o crescimento da produção de diagnósticos e laudos, consequentemente naturalizando a medicalização.

Frente os apontamentos referentes ao fracasso escolar e a medicalização, o profissional da psicologia escolar/educacional pode intervir de forma a contribuir com a compreensão das queixas escolares, dos problemas de ensino e aprendizagem, trabalhar em conjunto com a

equipe multidisciplinar da escola, e desempenhar intervenções que propiciem um ambiente escolar onde os sujeitos ali inseridos tenham voz.

É respeitável que possa ser trabalhado, também, o fortalecimento dos potenciais, tanto dos professores, quanto dos alunos da escola. O Conselho Federal de Psicologia recomenda algumas contribuições que podem servir de fortalecimento dos potenciais como: implicar a escola como um todo na construção de projetos pedagógicos; discussão e reflexão sobre iniciativas que deram certo; planejamento de estratégias em grupo; incentivar cada professor a contribuir com seu talento ou conhecimento; aprender a conhecer, a fazer, a viver junto, a ser; levantamento do que os alunos querem aprender; oferecer experiências de aprendizagem e por fim, aprender a viver junto (CFP, 2015).

Assim, o psicólogo consegue de fato, a partir do seu repertório (científico) compreender a complexidade das relações escolares e também se entende que as questões reducionistas que estão imersas nesse contexto, como desestrutura familiar, violências e os diagnósticos decorrentes da medicalização escolar resultam na individualização e culpabilização seja do aluno, professor ou da família (BELTRAME; GESSER; SOUZA, 2019), em consonância as práticas do psicólogo escolar Barbosa, Marinho-Araújo (2010), dizem que:

A busca pela ressignificação das concepções de intervenção e das práticas do psicólogo escolar com vistas à realização de um serviço que procure trabalhar não mais na remediação das dificuldades de aprendizagem, mas na reflexão, contribuindo, assim, para a transformação do espaço escolar em local de valorização do ser humano, responde a questionamentos e alenta os incômodos. Entretanto, abre espaço a novos desafios e propõe a continuação da estruturação da história da psicologia escolar (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Portanto, considerando a complexidade atual, é imprescindível que os psicólogos se engajem em uma psicologia que não ignore a realidade política e social de desigualdade, atentando todo o contexto histórico que o indivíduo está imerso e que, o seu psiquismo é constituído também socialmente. Dessa forma, é de suma importância que seja defendido uma formação fundamentada numa psicologia escolar crítica, com isso, deslocando o foco de análise somente no sujeito para a escola e o conjunto de relações institucionais e históricas. Sob essa ótica, o aspecto psicológico não será analisado isoladamente, não se tratando apenas de expandir a totalidade de observação, mas considerando que a educação é como uma produção humana que se constrói relacionando-se com a sociedade (FIRBIDA; VASCONCELOS, 2019). De tal modo, visando dar importância ao indivíduo em sua plena

totalidade, como funciona suas relações em diferentes ambientes, como já citado, ponderando todo o contexto histórico e social que o sujeito carrega consigo.

3. Resultados e discussões

Os seguintes apontamentos referem-se a análise dos resultados e discussões encontrados no levantamento de revisão bibliográfica da plataforma científica SCIELO com as subseqüentes palavras chaves: fracasso escolar, medicalização escolar, psicologia escolar, indústria farmacêutica na escola e duas cartilhas do Conselho Federal de Psicologia. No que diz respeito a análise dos artigos e cartilha selecionadas, é possível apontar que, os posicionamentos notados pelos autores seguem a mesma ótica de raciocínio.

As primeiras contribuições de estudos da Psicologia no Brasil vieram de médicos. Soares (2010), diz que somente a partir de 1920, a psicologia passou a ter influência de educadores que estudavam em escolas normais. A aproximação da medicina e da psicologia resultou em uma grande influência para a constituição da psicologia. Essa aproximação procedeu em justificar os comportamentos dos sujeitos que não se ajustam a sociedade (FIRBIDA; VASCONCELOS, 2019). Diante disso, é possível encontrar também a forte influência da indústria farmacêutica que, percebem nas crianças e nos adolescentes potenciais consumidores de medicamentos e em consonância os posicionamentos estabelecidos pela medicina para controlar os comportamentos na infância e adolescência, em prol da saúde mental. Referente aos diagnósticos e o uso de medicamentos, o TDAH aparece como o transtorno mais medicamentalizado na fase infantil e conseqüentemente o uso da ritalina.

A psiquiatria adentra nos espaços escolares com intuito de identificar e diagnosticar precocemente populações em risco, acometidas por doença mental (LIMA; CAPONI, 2011) e também, a medicina acaba controlando o que deve ser considerado como normal e patológico, dessa forma, contribuindo com a formação da rotulação, patologização e classificação dos alunos, é importante ressaltar que, as queixas que são apresentadas nas escolas, muitas vezes, vão além de somente o comportamento considerado inadequado do aluno, deve-se levar em conta todo o contexto histórico e social do indivíduo. Na contemporaneidade, perdura a visão de que os fenômenos psíquicos são tratados de uma forma naturalizante, como já mencionado, não avaliando as relações dos homens, que estão inseridos em um determinado contexto histórico e dentro de condições de vida particulares (FIRBIDA; VASCONCELOS, 2019),

seguindo este entendimento, é formidável que, o profissional da psicologia e a equipe escolar diante de casos ‘diagnosticados’ possuam um olhar que não seja centrado no organismo do indivíduo, mas sim, no ambiente cultural em que o mesmo está imerso e qual é a qualidade das mediações que estão sendo oferecidas (LEITE; TULESKI, 2011). Portanto, mantendo este olhar centrado no ambiente cultural do sujeito possibilita-se que seja desenvolvido um trabalho com um manejo sensível, tirando a culpabilização que foi lançada ao aluno.

Um outro posicionamento a ser considerado que foi localizado, no que consiste a medicalização da educação que é exposto por Collares e Moysés, médicas e autoras, de várias obras referente ao desvelamento dos mitos que são depositados as relações causais entre a desnutrição e as dificuldades de aprendizagem, são contra o uso indiscriminado da medicação. Segundo elas, as crianças que frequentam a rede pública de ensino, frequentemente rotuladas como desnutridas na verdade, são portadoras de desnutrição leve, de 1º grau, com isso, não trazendo nenhum tipo de alteração para o sistema nervoso central. O estudo levantado pelas autoras é referente a crianças por volta de sete anos de idade, dessa forma, funções neurológicas que poderiam ser afetadas pela desnutrição não corroboram com a presente idade, por nem sequer estarem presentes nesta fase. Logo, não podem ser aceitas como explicações admissíveis para o não aprender.

Referente aos posicionamentos da psicologia frente ao fenômeno da medicalização nas escolas, Meira (2012) pontua que “a constatação e análise crítica do aumento crescente do processo de medicalização da educação, bem como a identificação de suas manifestações contemporâneas são fundamentais, porém, ainda insuficientes.” Contudo, no que diz respeito a este fenômeno é imprescindível que a pesquisa siga uma continuidade para que sejam desenvolvidas estratégias que visem a diminuição da medicalização escolar. Considerar a pesquisa sobre o fenômeno da medicalização é de grande importância uma vez que diversas áreas do conhecimento discutem a respeito e utilizam o conceito como referencial teórico. A ênfase do presente trabalho não teve o intuito de aprofundar-se em cada uma das possíveis definições, mas sim, desenvolver um levantamento teórico de algumas existentes. Além disso, buscou-se refletir sobre o fenômeno da medicalização escolar e os fatores que colaboram para o aumento desse procedimento visto que, ainda na atualidade os comportamentos passam por uma triagem classificatória e parece não existir a compreensão necessária da sociedade referente aos riscos e prejuízos que a infância está sendo exposta.

4. Considerações finais

Nesta pesquisa, buscou-se analisar os posicionamentos da psicologia referente a medicalização escolar. Conforme visto neste histórico a respeito do fenômeno da medicalização no contexto escolar, na contemporaneidade ele ainda é perpetuado nas instituições educacionais. Essa visão se concretiza por meio de uma prática profissional baseada na quantificação e nas atividades de diagnóstico (FIRBIDA; VASCONCELOS, 2019). A crescente nos diagnósticos sucessivamente causam um índice crescente também nos tratamentos, muitos deles causando efeitos prejudiciais às crianças e adolescentes, em grande parcela dos diagnósticos e tratamentos os mesmos são considerados de fato desnecessários, frente a isso, encontra-se a influência da indústria farmacêutica, ganhando cada vez mais um lugar central na economia capitalista (MEIRA, 2012). Diante da forte influência da indústria farmacêutica e do aumento do uso do metilfenidato deve ser analisado, se a longo prazo, o tratamento ajudará os alunos diagnosticados. Porque de fato é possível visualizar as mudanças no comportamento, mas, de alguma forma o diagnóstico e consequentemente o uso do medicamento pode prejudicar o desenvolvimento?

Os estudos não criticam o uso das medicações e não negam as bases biológicas no comportamento humano. O enfrentamento diante da medicalização escolar é que de fato seja defendido a contraposição no que se refere às tentativas de transformar problemas que não possuem ordem biológica em problemas médicos, dessa forma, entendendo a subjetividade humana e não a levando para uma via estrita de aspectos orgânicos (MEIRA, 2012). Ou seja, levar em consideração todo o contexto histórico e social do sujeito que está inserido no âmbito educacional e que por algum motivo está apresentando determinadas dificuldades relacionadas a aprendizagem. E afinal, quais são esses motivos? Não é possível demarcar motivos existentes que servirão para todas as crianças dentro da escola, uma vez que, são indivíduos únicos que possuem sua subjetividade, logo, é importante que o manejo do psicólogo diante dessas demandas seja sensível e que se lembre de considerar toda a vivência de cada criança e suas particularidades.

Portanto, frente as análises no que diz respeito a medicalização da educação e suas manifestações são possíveis considerar que são fundamentais, entretanto, insuficientes. São consideradas insuficientes, pois, é necessário que seja buscado no que consiste as demandas de produção do não aprender e do não se comportar na escola que resultam nas identificações por profissionais da saúde e da educação como sintomas de doenças e transtornos. Importante ressaltar que, é decorrente da patologização e dos diagnósticos de alunos, que resultam a

exclusão, rotulação, e, conseqüentemente no fracasso escolar e medicalização na educação. Entretanto, perante a todas as análises, é considerável que, a discussão sobre o fenômeno da medicalização escolar continue presente, ora em discussões em escolas visando a reflexão e o entendimento do fenômeno, ora em pesquisas. É constatada também a necessidade de constituir práticas não medicalizantes. Referente ao psicólogo escolar, dentro da instituição que está inserido, é importante que seja desenvolvido um trabalho em conjunto com toda a equipe multidisciplinar, que sejam analisadas as demandas encontradas por completo, considerando o contexto histórico e social do aluno, dessa forma, desenvolvendo um trabalho que vise a ruptura da patologização e rotulação e dos alunos, do mesmo modo, tendendo a ruptura da exclusão social dentro deste âmbito.

REFERÊNCIAS:

- BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de psicologia** (Campinas), v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/HfFbGhyKP8vqpXtJFW9n9FP/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 06 de abril de 2021.
- BELTRAME, Rudinei Luiz; GESSER, Marivete; SOUZA, Simone Vieira de. Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, SCIELO, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722019000100215 Acesso em: 06. abril de 2021.
- CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 844-846, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/k8VGHm5MtMs9T9PYxRDwFLz/?lang=pt> Acesso em: 06 de abril de 2021.
- COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A. (1982). Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? **Revista da ANDE** (5), 56-62. Disponível em: https://www.academia.edu/10650847/Desnutri%C3%A7%C3%A3o_uma_n%C3%A3o_causa_do_fracasso_escolar Acesso em: 06. abril de 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Subsídios para a campanha: não à medicalização da vida: medicalização da educação**. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde**. 2015.
- DECOTELLI, Kelly Magalhães; BOHRER, Luiz Carlos Teixeira; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder: notas sobre clínica e

política. **Psicologia**: Ciência e profissão, v. 33, n. 2, p. 446-459, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282027993014.pdf> Acesso em: 06. abril de 2021.

FIRBIDA, Fabíola Batista Gomes; VASCONCELOS, Mário Sérgio. A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/8YyRvGhQbXxXnD6bYHMqBFk/?lang=pt> Acesso em: : 06. abril de 2021.

GOMES, Cláudia Ap. *et al.* Medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação no triênio 2010-2012. **Psico-USF**, v. 22, n. 3, p. 425-436. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712017000300425&script=sci_arttext Acesso em: 06. abril de 2021.

GREVET, Eugenio Horacio et al. Transtorno de oposição e desafio e transtorno de conduta: os desfechos no TDAH em adultos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 56, p. 34-38, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/r6ch5vnP8pYZVMCMR3ST4QM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 06. abril de 2021.

LEITE, Hilusca Alves; TULESKI, Silvana Calvo. Psicologia Histórico-Cultural e desenvolvimento da atenção voluntária: novo entendimento para o TDAH. **Psicologia escolar e educacional**, v. 15, n. 1, p. 111-119, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/12.pdf> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

LIMA, Ana Cristina Costa; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. A força-tarefa da psiquiatria do desenvolvimento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 1315-1330, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/9StW9NgcvHPGpyCnZXH5fhK/?lang=pt> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 136-142, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/14> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A institucionalização invisível**: crianças que não aprendem na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SOARES, Antonio Rodrigues. A psicologia no Brasil. **Psicologia**: ciência e profissão, v. 30, n. spe, p. 8-41, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptsPLZhXfqLTzKmyj7b6pDp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A transformação socialista do homem**. URSS: Varnitso, 1930.

ⁱ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Unifatecie. E-mail: psicologanathaliatarnhovi@gmail.com

ⁱⁱ Especialista em educação, professora do curso de graduação de Psicologia do Centro Universitário Unifatecie.
E-mail: kezia.sumico@fatecie.edu.br